

ALBA-TCP: MAIS UM PROJETO DE INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA?

QUEILA AMARO RODRIGUES DA SILVA *

Como escreveu o mexicano Carlos Antonio Aguirre Rojas (AGUIRRE ROJAS, 2004: p. 23) sobre o “papel cada vez mais importante que o “extremo Ocidente” latino-americano conquistou progressivamente no cenário da história contemporânea”, os estudos referentes a América Latina representam hoje uma parte significativa do que vem sendo produzido na historiografia moderna. Problemas como “sua condição estruturalmente periférica e dependente” (AGUIRRE ROJAS, 2004: p. 37) deixam de ser assuntos exclusivos para se abrirem a novas propostas de estudo que reconhecem e tratam suas possibilidades futuras. Com a renovação da História Política o interesse em pesquisar assuntos ligados ao presente histórico tem crescido consideravelmente de maneira que a História do Tempo Presente vem ganhando espaço entre os historiadores. Características como a delimitação do campo constitutivo, o recorte temporal contemporâneo e a proximidade do historiador em relação aos acontecimentos, de sorte que ele é praticamente contemporâneo de seu objeto de estudo, ou seja, não há distanciamento histórico como acontece com os temas longitudinais, lhe são peculiares e em nada a desmerece. Em razão da abrangência de seus temas, a História do Tempo Presente coloca ainda a possibilidade de uma abordagem interdisciplinar e a utilização de diversas fontes e procedimentos metodológicos.

As diversas transformações que nos últimos anos ocorreram em muitos países da América Latina estão entre os motivos que levaram ao crescente interesse em pesquisá-la. Destas, destaca-se o surgimento de novas bases partidárias. A partir da década de 90, pressionado pelas circunstâncias mundiais e dado às vicissitudes locais, vários países abriram suas economias – em razão do renascimento vertiginoso do liberalismo, agora sob a forma de neoliberalismo – aos fluxos de bens, serviços e capitais, o que trouxe efeitos devastadores, principalmente para aqueles que adotaram programas de ajuste estrutural promovidos por agências multilaterais. À desigualdade, problema que há muitas décadas vinha se arrastando no continente, somou-se a incredibilidade e a insatisfação generalizada – fatores que

* Aluna do Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Severino Sombra (USS) em Vassouras, RJ. Agência Financiadora: CAPES.

impulsionaram o surgimento de novas bases partidárias em quase todo o subcontinente. Instalada a crise político-econômica os partidos tradicionais foram afetados, forçados a fazer as contas com o passado e a buscar meios de inserção em um contexto onde os pontos de referência agora eram outros (ALTAMIRANO, 2008: 9-27) – situação que foi muito bem aproveitada pela “*nueva izquierda*” que vinha se formando e que, pouco a pouco, ganhou o cenário político¹. A “*holla izquierdista*” latino-americana teve início com a Venezuela na década de 90, mais precisamente com a eleição de Hugo Chávez em 1998, e estendeu-se ao Brasil com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2002), à Argentina com Néstor Kirchner (2003), ao Uruguai com Tabaré Vazquez (2004), à Bolívia com Evo Morales (2005), ao Chile com Míchele Bachelet (2006), ao Equador com Rafael Correa (2006), a Nicarágua com Daniel Ortega (2006) e ao Paraguai com Fernando Lugo (2008).

O caso venezuelano encerra algumas peculiaridades: após a independência, alguns governos ditatoriais e o período democrático liberal durante o qual vigorou o *Pacto de Punto Fijo*, o país se insere hoje nesta série de mudanças que ora ocorrem. O *Pacto* marcou um momento importante da história do país e se caracterizou por uma política de conciliação: as principais forças políticas nacionais – a Ação Democrática (AD – partido socialdemocrata) e o Comitê de Organização do Partido Eleitoral Independente (Copei – partido democrata-cristão) –, apoiadas por setores como a igreja católica, as Forças Armadas, o CTV (Confederação de Trabalhadores da Venezuela) e grandes empresários petroleiros, uniram-se contra a ditadura com o propósito de controlar o aparelho do Estado alternando-se no poder de 1958 a 1998. O movimento, que trouxe estabilidade política e consenso interelites, caiu em razão de suas deficiências: “*fueram ellas: el excesivo centralismo, la desigualdad socioeconómica, la partidización de instituciones y decisiones, la corrupción administrativa*” (NEIRA FERNÁNDEZ, 2006: 110). O descrédito popular e a insatisfação que se seguiram contribuíram para a eleição de Hugo Chávez, candidato que no momento apregoava a ruptura com o sistema vigente.

¹ É importante ressaltar que o termo “nova esquerda” aponta para a sua formação recente, nada tendo, portanto, de caráter valorativo: “*a nueva izquierda es [...] nueva por ser reciente, no por ser mejor o peor que la que precedió*”. (RODRÍGUES GARAVITO; BARRETT. 2005: 22).

No poder de 1999 até março do corrente ano (quando paraquedista nas Forças Armadas, Chávez tentou um golpe de Estado em 1992 e, embora não tenha obtido êxito, o incidente acabou por deixá-lo em evidência), o presidente venezuelano buscou implementar o que chamou de “Revolução Bolivariana” e “democracia participativa e protagônica”. As mudanças empreendidas durante sua gestão abarcaram os setores político, social, econômico e institucional. Dentre elas estão: a escrita de uma nova Constituição (em 1999) – a CRBV (*Constitución de la República de Venezuela*); a tentativa de implementação e ampliação da participação popular mediante a criação de mecanismos de participação (referendos, revocatórios e plebiscitos) – a chamada “democracia participativa e protagônica” que mesclou elementos da democracia tradicional com instrumentos que possibilitaram a extensão da participação popular para além dos mecanismos dantes conhecidos; a retomada do Estado do principal recurso natural que dispõe o país: o petróleo – fonte de riqueza nacional – e com cujos ingressos sustentou políticas de cunho distributivo; a difusão e manutenção de diversos programas sociais (dentre eles as *misiones*); a criação de instâncias de poder popular (os conselhos comunais, as milícias de defesa da revolução bolivariana e as comunas); a criação e promulgação de Leis que lançaram as bases do que veio a ser a reforma agrária; a reforma das leis trabalhistas; e a proposta de integração da América Latina e do Caribe (ALC). Este conjunto de elementos compôs a política alternativa chavista e, em vários aspectos, se apresentaram como uma releitura, seguida de resignificações, dos ideais defendidos por Simón Bolívar – ideais estes que foram apropriados no sentido de legitimar determinadas ações do Estado e produzir ações específicas, como, por exemplo, a integração.

As mudanças, contudo, não se limitaram ao plano interno. Como prioridade da política externa nacional se destacou, desde início da gestão chavista, o aprofundamento das relações políticas e comerciais entre os países da América do Sul e do Caribe. As alianças políticas e econômicas, porém, não ficaram restritas ao âmbito regional. Encarregado do Ministério das Relações Exteriores, Nicolás Maduro, no cargo desde 2006 e no momento presidente interino do país², vem revolucionando a política externa nacional: além de transformar a integração

² A morte de Hugo Chávez em 05 de março do corrente ano exigiu, conforme disposto na Constituição do país, a convocação de eleições dentro de até 30 dias. Enquanto isso, Nicolás Maduro assumiu a direção do país no caráter de presidente interino.

regional no novo eixo e intensificar as alianças regionais estreitou laços com países não alinhados com os Estados Unidos como Irã, Bielorrússia, Rússia e China. Dois acontecimentos marcaram o início de uma nova etapa na história das relações internacionais: a rearticulação da Opep com a subsequente nacionalização do petróleo e do gás e a tentativa de golpe em 2002. A reconfiguração da relação externa venezuelana passou por estes dois momentos. A rearticulação e a estatização marcou um novo momento para o país não apenas no quesito relação externa, mas também para o desenvolvimento interno, já que significou a retomada do Estado do principal recurso natural nacional. A necessidade de maior protagonismo por parte do país foi acrescida após a tentativa de golpe de 2002, incidente que deixou claro o perigo do intervencionismo norte americano contra os governos constitucionais latinos americanos.

Destarte, a integração latino-americana, proposta feita inicialmente por Bolívar – “idealizador de uma América Latina livre, justa e unida” (PRADO; SOARES; COLOMBO, 2007: 93) – foi retomada por Chávez. No seu dizer ela era uma necessidade: tanto do ponto de vista do desenvolvimento e do fortalecimento político-econômico para os países desta região, como forma de impedir as intervenções estadunidenses. Dos avanços empreendidos nesta direção, destacou-se a criação da ALBA-TCP (*Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos*), um projeto integracionista que se fez em oposição à ALCA e que visa, dentre outras coisas,

[...] unir las capacidades y fortalezas de los países que la integran, en la perspectiva de producir las transformaciones estructurales y el sistema de relaciones necesarias para alcanzar el desarrollo integral requerido para la continuidad de nuestra existencia como naciones soberanas y justas. (Fragmento da ALBA-TCP)

A proposta integracionista foi mencionada pela primeira vez por ocasião da *III Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno de la Asociación de Estados del Caribe*, celebrada na *Ilha de Margarita* (Venezuela, dezembro de 2001). Contudo, a oficialização do projeto só ocorreu no dia 14 de dezembro de 2004 através de uma Declaração Conjunta entre Venezuela e Cuba e seus respectivos presidentes. A proposta, que nasceu como Alternativa Bolivariana para as Américas, tornou-se Aliança em junho de 2009 e com a incorporação da Bolívia em 2006 agregou-se o TCP – Tratado de Comércio dos Povos, uma alternativa aos TLCs (Tratados de

Livre Comércio) promovidos pelos Estados Unidos na região. Este documento, como o próprio nome diz, traça as diretrizes para a atividade comercial entre os países que compõem o Bloco. São ao todo 23 princípios fundamentais destinados a regerem de forma equitativa e igualitária as relações comerciais entre os países signatários (Principios Fundamentales del Tratado de Comercio de los Pueblos (TCP).

Esta Aliança, que tem por base princípios como a solidariedade, a cooperação, a complementaridade e a justiça social, se distingue por, pelos menos, três aspectos: primeiro porque propõe uma integração que inclui os países caribenhos; segundo, porque visa integrar não apenas os setores ligados ao capital e aos produtos, mas, de igual modo, os povos, sua cultura e educação, ou seja, uma integração sociocultural; e, terceiro, porque rompe com o modelo hegemônico que se pauta na competitividade através da adoção de princípios que substituem a “vantagem competitiva” pela “vantagem cooperativa” (MUHR, 2010). Estes elementos lhe conferem distinção em relação a outras propostas integracionistas e tornam seu estudo relevante. A ideia de integrar a América Latina não é nova, tampouco é a ALBA o único projeto de integração que existe ou já existiu, contudo a maneira como ela se apropriou dos valores e ideais, em grande medida bolivarianos, de forma a legitimá-la e a produzirem ações políticas específicas apresentam aspectos que podem ser considerados inovadores³.

Centrada no social e em cuja meta circunscreve-se o combate à pobreza bem como a correção das distorções econômicas, sociais e psicológicas criadas por ela a partir da criação de novos empregos assentados em relações de cooperação e participação democrática, a ALBA se constitui numa proposta de reversão do modelo econômico hegemônico. A proposta se caracteriza ainda pela busca da eficiência e sustentabilidade dos recursos, sendo a competitividade relativizada como decisão econômica; outro ponto alto do projeto está no processo de acumulação que tem como eixo o restabelecimento e o desenvolvimento do mercado interno, o que Chávez chamava de “desenvolvimento endógeno”. Na Venezuela foram engendrados Núcleos de Desenvolvimento Endógeno (NDE) com o objetivo de superar as desigualdades sociais e integrar a economia através da criação de redes e cadeias

³ Terry Eagleton ao escrever sobre o conceito de ideologia elenca, dentre seus diversos e possíveis significados, o “conjunto de crenças e valores orientados para a ação”. Esta definição implica pensar ideologia como um *discurso orientado para a ação*, como um tipo de fala retórica ou persuasiva preocupada com a produção de certos efeitos eficazes a determinados propósitos políticos.

produtivas de comercialização e de consumo destinadas a extinguirem a dependência externa e o monopólio das empresas transnacionais. Logo no início do governo Chávez, houve a preocupação de aumentar o poder aquisitivo da população pensando na sua incorporação efetiva ao mercado consumidor. Trata-se de uma transformação estrutural da sociedade, um novo tipo de organização social baseado em cooperativas e organizações locais (BARROS, 2007).

A guisa de exemplos, só para citar alguns, a cooperação e a complementaridade, princípios reguladores da ALBA, estão presentes em diversos acordos firmados entre os países que compõem o bloco: os acordos firmados com Cuba se baseiam no fornecimento de petróleo a preços subsidiados em troca de serviços médicos e educacionais – serviço este que deu a Venezuela, no ano de 2006, o status de primeiro país da América Latina a erradicar o analfabetismo do território nacional (o resultado é da UNESCO); a criação da *Telesur*, um canal de televisão alternativo dedicado à América Latina, se fez em parceria com a Argentina, de quem a Venezuela comprou títulos da dívida externa. Em abril de 2005 foi aprovado o Plano Estratégico com o objetivo de reforçar pontos do acordo considerados prioritários tais como o intercâmbio de pacotes tecnológicos integrais desenvolvidos na Venezuela e em Cuba em áreas de interesse comum, ações conjuntas e coordenadas no sentido de eliminar o analfabetismo e promover programas de saúde, concessão nacional às inversões de mútuo interesse seja sobre a forma de empresas mistas, produções cooperadas e/ou projetos de administração conjunta, aberturas de bancos estatais de um país em território de outro, admissão de comércio compensado e fomento de planos culturais conjuntos (REGUEIRO BELLO, 2008: 296). Buscando propiciar o desenvolvimento do comércio, Cuba eliminou qualquer barreira às importações venezuelanas e as exportações da ilha podem ser pagas com produtos venezuelanos, em moeda nacional ou com outra mutuamente aceita – os mesmos se aplicam ao caso venezuelano; o tratamento entre os barcos e as linhas áreas cubanas e venezuelanas deverá ser igualitário; visando fugir da volatilidade dos preços, Cuba pagará o petróleo à Venezuela com base nos preços do mercado mundial, valor que não deverá ser inferior a 27 dólares, e anualmente serão disponibilizadas duas (2) mil bolsas de estudo cubanas para venezuelanos em área de interesse do seu país – também isto se aplica à

Venezuela em relação a Cuba. É importante salientar que na elaboração do acordo foram levadas em conta as assimetrias políticas, econômicas, sociais e jurídicas entre os países.

Até início de 2006, apenas Venezuela e Cuba compunham a ALBA, mas aos poucos a proposta foi ganhando adeptos. Hoje ela conta com a participação de oito países como membros plenos – Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, São Vicente e Granadinas, Antigua e Barbuda, Equador e República Dominicana, o Haiti como observador e Uruguai e Federação de São Cristovão e Nevis (Saint Kitts y Nevis) como membros convidados. Desde a oficialização até o ano de 2010 foram realizadas dez Reuniões Presidenciais e sete reuniões extraordinárias. Sem periodicidade definida, as reuniões discutem a entrada de novos países ao bloco e problemas de ordem política, econômica ou cultural que dizem respeito aos países membros ou convidados⁴. Pesquisadores como a professora Regina Maria A. Fonseca Gadelha (GADELHA, 2012), vêm, em concordância com Hugo Chávez, a integração como condição *sine qua non* para que os países latino-americanos não somente preservem sua autonomia, mas, de igual modo, alcancem desenvolvimento. Os autores que adotam essa linha de raciocínio, o fazem pautados numa análise que leva em conta as implicações do contexto maior, ou seja, o mundo globalizado e a formação dos grandes blocos econômicos como a Europa (União Europeia), América do Norte (Nafta) e Ásia – situação que torna imprescindível a integração dos países da América Latina. Francisco Carlos Teixeira (SILVA, 2006: VII-XXXIV) completa: a proposta chavista apresentou-se não só como uma necessidade, dado as vicissitudes globais, mas como um meio de defesa *in loco*, já que a tentativa de golpe em abril de 2002 colocou em evidência o claro perigo da volta do intervencionismo norte-americano contra os governos constitucionais da América do Sul. Depreende-se, portanto, que tanto do ponto de vista interno como do externo a integração coloca-se, sobretudo, como uma necessidade, contudo lograr êxito nesta empreitada exige mais que uma simples proposta, é preciso, antes de tudo, que o projeto tenha um diferencial – e isto o presidente venezuelano buscou quando elaborou a ALBA tendo em vista um discurso que se distanciou do padrão discursivo dominante – competição com fim de dinamizar o mercado X cooperação como meio de promover o desenvolvimento e combater a desigualdade social.

⁴ Isto ocorreu, por exemplo, quando houve a deposição do presidente hondurenho Manuel Zelaya. Honduras aderiu ao bloco no dia 25 de agosto de 2008, contudo em dezembro de 2009 o então presidente Roberto Micheletti expediu um decreto executivo comunicando que o país deixaria o grupo.

Referência Bibliográfica:

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *América Latina: História presente*. Campinas: Papirus, 2004.

ALBA-TCP, Disponível em: <<http://www.alba-tcp.org/>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2011.

ALTAMIRANO, Carlos. “Introducción general”. In: ALTAMIRANO, Carlos e MYERS, Jorge. *Historia de los intelectuales en América Latina – Vol. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz, 2008.

BARROS, Pedro Silva. *Governo Chávez e desenvolvimento: a política econômica em processo*. 2007. 167 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 2007.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. *Desenvolvimento e crescimento curso das agendas políticas acerca do processo de integração*. Disponível em: <<http://apropucsp.org.br/apropuc/index.php/revistapucviva/30edicao32/146desenvolvimento-e-crescimento-curso-das-agendas-politicas-acerca-do-processo-de-integracao>>. Acesso em 19/06/2012.

MUHR, Thomas. Venezuela e ALBA: regionalismo contra-hegemônico e ensino superior para todos. Tradução do inglês por Marcelo Parreira do Amaral. **Educação e Pesquisa**, v.36, n. 2, p. 613, São Paulo, maio/ago. 2010.

NEIRA FERNÁNDEZ, Enrique. *Venezuela: IVª y Vª Repúblicas (1958-2006)*. Mérida – Venezuela: Talleres Gráficos Universitários, ULA, 2006.

PRADO, Maria Ligia; SOARES, Gabriela Pellegrino; COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a democracia na América Latina*. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

PRINCIPIOS Fundamentales del Tratado de Comercio de los Pueblos (TCP). VII Cumbre - Cochabamba, Bolivia - 17 de octubre de 2009. Disponível em: <<http://www.alba-tcp.org/>> Acesso em: 04 de maio de 2012.

REGUEIRO BELLO, Lourdes María. Los TLC en la perspectiva de la acumulación estadounidense – Visiones desde el Mercosul y la ALBA. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

RODRÍGUES GARAVITO, César A.; BARRETT, Patrick S. “¿La utopía revivida? Introducción al estudio de la nueva izquierda latinoamericana”. In: RODRÍGUES GARAVITO, C. A.; BARRETT, P. S.; CHAVEZ, D. (editores). *La nueva izquierda en América Latina: sus orígenes e trayectoria futura*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Prólogo”. In: MARCANO, Cristina e BARRETA TYSZKA, Alberto. *Hugo Chávez sem uniforme: uma história pessoal*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006, pp. VII-XXXIV.